

Marxismo e Sociologia: a análise *sui generis* de Florestan Fernandes

Marxism and Sociology: the analysis *sui generis* of Florestan Fernandes

Luiz Alexandre Barbosa Pinto Júnior¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo expor e analisar a compreensão de Florestan Fernandes acerca da origem da Sociologia como disciplina científica. No interior desse amplo tema se coloca a polêmica da sociologia com o marxismo, e a caracterização que usualmente é feita pelo marxismo da Sociologia como uma “ciência burguesa”, limitada no sentido de apreender criticamente o caráter das relações sociais no capitalismo. Buscamos expor como essa problemática atravessa a formulação de Florestan Fernandes e seus posicionamentos sobre ela. Para atingir esse objetivo fizemos a análise de textos onde o autor explicitamente trata do tema, analisando principalmente textos da década de 1980, onde Florestan desenvolve o que ficou marcado como sua formulação mais conclusiva acerca do tema. Por fim, concluímos que, apesar de Florestan concordar com algumas das críticas marxistas à sociologia como disciplina científica, ele elabora uma concepção *sui generis* dessa crítica, não descartando a sociologia, e nem negando seus limites.

Palavras-chave: Florestan Fernandes – Sociologia – Marxismo.

Abstract: This article aims to expose and analyze the understanding of Florestan Fernandes about the origin of Sociology as a scientific discipline. Within this broad theme lies the polemic of sociology with Marxism, and the characterization that is usually made by the Marxism of Sociology as a "bourgeois science", limited in the sense of critically apprehending the character of social relations in capitalism. We seek to expose how this problem crosses the formulation of Florestan Fernandes and his positions on it. To achieve this goal, we have analyzed texts where the author explicitly addresses the theme. At first, we analyze texts from the beginning of his academic production, in the methodological works of the 1940s and 1950s, and in a second moment, texts from the 1980s, where Florestan develops what has been marked as his most conclusive formulation about theme. Finally, we conclude that although Florestan agrees with some of the Marxist critiques of sociology as a scientific discipline, he elaborates a *sui generis* conception of this critique, not discarding sociology, nor denying its limits.

Keywords: Florestan Fernandes – Sociology – Marxism

¹É Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá-PR (2011). É Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Marília (2016). É membro do Grupo de Estudos do NEOM - Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana (UNESP-Marília-SP). É membro do Conselho Editorial da Revista Urutágua. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: labpjr@gmail.com

Introdução

As teorizações de Florestan acerca do surgimento da Sociologia perpassam toda sua obra. No início de sua carreira, alguns ensaios foram produzidos pelo autor, buscando sistematizar seus posicionamentos sobre o tema². Esses ensaios apresentam uma forte influência da concepção empirista do desenvolvimento da ciência, buscando congregiar todas as teorias sociais nascentes em uma torrente que irrompia em direção à “modernidade”, através do desenvolvimento de técnicas de pesquisa e análise empírica que aos poucos superavam o pensamento filosófico “especulativo” na medida em que produziam teorias sociológicas “científicas”.

O jovem Florestan está muito mais preocupado em articular as várias contribuições ao método sociológico como um movimento *uno*, do que questionar as raízes sociais concretas dessas formulações e o significado do surgimento dessa nova disciplina científica no interior da nascente sociedade burguesa. É possível dizer que essa é a principal diferença entre esses dois momentos da formulação do autor. Para os nossos objetivos nesse artigo, somente valerá explorar os escritos do segundo período, mas é importante pontuar que há uma linha de continuidade entre as duas formulações, desenhada justamente nessa concepção acerca do conhecimento científico em geral, como contraposto ao pensamento filosófico na medida em que é baseado na observação empírica e na indução generalizadora.

Os escritos maduros de Florestan não rejeitam esses pressupostos “cientificistas” da teoria social, mas estão preocupados em desvendar em que medida as formas de consciência próprias da nova ordem social perpassam a teorização dos sociólogos, tornando-as mais ou menos adequadas para compreender a realidade de maneira científica. Essa preocupação, pode-se dizer, foi principalmente operacionalizada pela teoria marxista ao longo do século XX, e demonstram uma certa aproximação do nosso autor, em sua maturidade, às problemáticas dessa teoria.

Nas páginas que seguem, exploraremos a abordagem que Florestan desenvolve no seu período maduro, para demonstrar como, em confronto com a crítica marxista “clássica” acerca do surgimento da sociologia – representada aqui pela formulação de GyorgyLukács –, nosso autor elabora uma concepção *sui generis* sobre a questão, sem ignorar nem incorporar totalmente a crítica marxista ao surgimento da Sociologia como

² Ver FERNANDES, F. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. Zahar. 1976.

disciplina científica.

O surgimento da Sociologia e os limites da consciência burguesa

No livro *A natureza sociológica da Sociologia*, publicado em 1980, está situada a visão madura mais acabada de Florestan acerca dessa problemática. Se agora a chave para a interpretação é a vinculação de classe da Sociologia como ciência, Florestan de pronto reconhece a sua ligação com o processo de Revolução Burguesa, no Ocidente. Faz, no entanto, uma ressalva que dá o tom da exposição: a ciência em si, não é um subproduto da burguesia. Mas a sua expansão, como forma de rejeição dos parâmetros ideais que regiam o *antigo regime*, coincide com a eclosão revolucionária da burguesia.

Durante muito tempo as tentativas de diálogo entre a sociologia e o marxismo redundaram em fracasso. Diversos autores atestam que na raiz desse impasse está a caracterização, por parte de autores marxistas, da sociologia como uma “ciência burguesa”³. Uma das principais formulações em torno dessa problemática se encontra na obra de György Lukács. O filósofo húngaro questiona veementemente o caráter burguês da Sociologia como ciência que surge, após a decadência da economia política clássica e do socialismo utópico, exercendo a função concreta de dar uma resposta burguesa ao socialismo científico de Marx e Engels. (LUKÁCS, 1968)

Diz Lukács, que após à crítica da economia política feita por Marx, se tornou impossível conhecer os fenômenos sociais prescindindo do conhecimento de sua base econômica, e portanto, da economia. A tentativa de criação de uma ciência particular como a Sociologia, postula “a independência dos problemas sociais com relação aos econômicos” como um “ponto de partida metodológico”, que acaba por “eliminar o caráter contraditório do ser social” e “a crítica de fundo ao sistema capitalista”. (LUKÁCS, 1968, p. 472)

O autor marxista até reconhece que os primeiros autores da Sociologia de fato se ligavam a uma visão de “progresso social” que orientava a consciência burguesa em seu período revolucionário. Mas a tendente decadência dessa consciência de classe quando atinge já a posição de classe dominante determina o rápido abandono da ideia de progresso e da pretensão sociológica de ser uma ciência universal. Como ciência especializada, ou seja, tendo que resolver seus problemas de conhecimento prescindindo

³ Sobre isso ver CUIN & GRESLE, 1994, p. 52 e OLIVA, 1997, p. 302, ARON, 2002.

de uma visão dialética de *totalidade*, a sociologia passa a se dedicar a problemas específicos legados pela divisão do trabalho capitalista e a não conseguir responder a questões vitais da vida social, decaindo a um “agnosticismo social” que passa a “metodologicamente” defender as posições ideológicas da classe burguesa dominante. (*ibidem*, p. 472-473)

O nascimento de uma nova ciência, a sociologia, serve fundamentalmente para tratar as categorias sociais desligando-as da economia e, portanto, por um lado, para transformá-las – agora que foram destacadas da base econômica – em formas ‘eternas’, ‘universais’, da convivência dos homens abstratamente concebida, e, por outro, para destacar os fenômenos econômicos de sua referência à sociedade e conseqüentemente para transformá-los – também eles convertidos em formas ‘puramente econômicas’ – em ‘eternos’ e ‘universais’. O método dialético de Marx – no qual a história, a sociedade e a economia são representadas como um processo unitário indissociável (mantendo-se firmemente a prioridade da base econômica) – é uma intensa polêmica, portanto, contra esta separação mental daquilo que na realidade é ligado, contra essa unilateralização abstrata de setores parciais artificialmente divididos, contra a exclusão das reais mediações econômicas e sociais, contra a dissolução artificial e sofisticada das contradições, etc. (LUKÁCS, 1970, p. 86)

Florestan vai dialogar com tal leitura indiretamente. Mas assume um posicionamento específico com relação a ela. Diz o autor que para compreender a vinculação de classe da Sociologia como ciência é preciso encarar essa conexão como “totalidade”. Isso significa, diz Florestan, reconhecer que a sociedade burguesa é uma sociedade “antagônica”, o que faz com que as tentativas de interpretar os fenômenos sociais dessa mesma ordem vão se dinamizar em torno desse antagonismo, adotando perspectivas de “defesa da ordem” e perspectivas de “crítica à ordem”. (FERNANDES, 1980, p. 20)

Para Florestan, reconhecer a vinculação da Sociologia com a ordem nascente, e suas funções na posterior reprodução dessa mesma ordem, não autoriza a, unilateralmente, encarar toda a sociologia como uma “ciência burguesa”, descartando qualquer conhecimento que ela produz, como uma mistificação. Mesmo no interior dessa dinâmica de determinação social, ou de classe, do fazer científico da Sociologia, foi possível para ela avançar em determinados problemas científicos⁴.

⁴Contrariando a tese da “ruptura” ou do “corte epistemológico” na obra de Florestan, tal como a formulou Barbara Freitag (1987), o tema específico da defesa da Sociologia como ciência, de certos princípios metodológicos e posicionamentos ontológicos característicos dessa relativização da absolutização mistificadora da Sociologia como ciência burguesa, é evidência de uma linha de continuidade muito importante em toda a obra de Florestan. Problemas sociológicos antes tratados no registro cientificista mais próximo da abordagem positivista, posteriormente, ainda serão considerados como válidos mesmo no registro marxista.

O aprofundamento dessa problemática será feito por Florestan a partir da ideia de que o “*status*” de classe do “ser burguês” vai experimentar uma certa alteração ao longo da história, não sendo algo substancializado e estanque. Isso implica em considerar que a burguesia como classe possuiu um momento revolucionário, no qual não negava o caráter dialético da história humana e nem o humanismo universalista. No processo de decadência da ordem feudal, como classe revolucionária, a burguesia necessitava de ter ao seu lado uma concepção de mundo que sintetizasse as necessidades histórico-universais desse processo. (*ibidem*, p. 22)

A partir de um determinado momento, quando se consolida politicamente como classe dominante, as classes burguesas deixam de ter a necessidade de revolucionamento das coisas e passam a assumir posturas conservadoras frente a nova realidade social. Marx reconhece o marco desse momento histórico no ano de 1848⁵, no qual uma série de revoltas sociais ocorrem na Europa selando um tensionamento que já vinha amadurecendo por conta dos limites emancipatórios da nova ordem. As classes baixas, os camponeses, o proletariado e frações da pequena burguesia radicalizada, tencionavam a burguesia, nova classe dominante, para a continuidade e radicalização do processo revolucionário. Como se sabe, tal tarefa era impossível à burguesia, já que significava, na prática, abrir mão da condição que garantia a sua dominação. Como nova classe dominante, portanto, a burguesia passa a dispor de mecanismos políticos, econômicos e sociais para sustentar a sua dominação e aprimorar a ordem que lhe assegurava seus privilégios. Tal movimento histórico, implica, também a formação de uma consciência de classe que responda a essas tarefas cotidianamente, e nos diversos âmbitos ideológicos, como na ciência, na filosofia, nas artes, na vida cotidiana, etc.

Para Florestan o surgimento da Sociologia como ciência corresponde a esse momento de consolidação da burguesia como classe dominante. Como dito, essa classe não pode mais, em sua consciência, conservar uma imagem revolucionária de mundo, já que suas tarefas apontam para outra direção. Isso seria um argumento para, no âmbito da ciência e da filosofia, já identificar necessidades de mistificação do pensamento burguês como justificação da sua dominação. Nosso autor admite que esse “reflexo” das necessidades políticas da dominação burguesa na sua consciência de classe também se manifestam na Sociologia. Defende, no entanto que, mesmo que a burguesia incorra em mistificações teóricas como forma de justificação da sua realidade, a eficiência de sua

⁵ Sobre isso ver LUKÁCS, 2010, p. 51-103.

dominação depende de que ela minimamente consiga conhecer essa realidade. O irracionalismo do ponto de vista burguês, defensor da ordem, diz Florestan, é não querer mudar o mundo revolucionariamente. Há um limite no pensamento. Ele não consegue ir a fundo em determinadas estruturas da dinâmica social, pois elas se situam no fundamento de sua dominação. Daí que Florestan se pergunta: mas qual é a realidade que a *racionalidade burguesa* consegue “conhecer, explicar, controlar”? E responde: “o que lhe interessa é a continuidade e a eficácia crescente da dominação”. Portanto, ela se redefinirá “nesse nível”, que é ao mesmo tempo “político, lógico e ontológico”. (FERNANDES, 1980, p. 24)

No âmbito científico, especificamente, Florestan diz que o ideal de uma “ciência positiva” não respondia a uma “compulsão burguesa”. Mas esse ideal é apropriado pelo movimento de ascensão burguesa, primeiramente revolucionário, e posteriormente conservador. Nesse sentido, a ciência e a técnica, que para Florestan possuem um elemento “intrinsecamente revolucionário”, serão o impulso da dominação e das mudanças que a ordem burguesa introduz na realidade humana, controlando o “desenvolvimento da massa de excedente” por meio das revoluções tecnológicas, e o desenvolvimento das forças armadas, do Estado, da política, dos meios de comunicação e da educação, para articular sua dominação, cujo fundamento material se encontra na “expropriação dos meios de produção”, do “trabalho assalariado” e da “extração de mais-valia relativa”. (*ibidem*, p. 22-23)

O que passa a orientar o fazer científico são valores e interesses que advém diretamente da “organização social e dos dinamismos políticos da sociedade capitalista”. Existe aqui o que Florestan chama de uma “contaminação burguesa do pensamento científico”, que estabelece os marcos, portanto, do lócus específico onde se torna possível a fruição da Sociologia no momento de seu surgimento. De um lado, na necessidade do desenvolvimento de uma *tecnologia social*, presa ao pragmatismo, ao “campo empresarial” e à “esfera política”. E de outro nas “ideias, ideais, valores e ideologias, [que] penetraram maciçamente as *categorias de explicação* e os conceitos-chave dos cientistas sociais”, mais nos precursores do que nos fundadores da disciplina.

No início, diz Florestan, a sociologia não tinha tanto a função “técnico-pragmática” e imediatista, senão uma “função pedagógica” de “alargar o nível de esclarecimento da consciência burguesa, e servir como fator de reforço do sistema axiológico da sociedade capitalista”, como “intelectuais orgânicos da ordem”. (*ibidem*,

p. 25)

A sociologia se propunha descobrir ‘alternativas’ para o *uso racional* dos recursos materiais e humanos da sociedade em um momento dado e para a *seleção racional* de transformações inevitáveis, dentro de uma estratégia de defesa e consolidação da ordem existente (note-se: segundo gradações que vão do reacionarismo ao conservantismo e ao reformismo)⁶. (*ibidem*, p. 26)

À essa Sociologia alinhada com a ordem, diz Florestan, corresponde uma outra que reflete o antagonismo fundamental que permeia toda a estrutura da sociedade. A Sociologia como ciência, nasce “estilhaçada”, ou seja, dividida em diversas vertentes que se posicionam de maneira dinâmica no interior da ordem social, conforme sua vinculação de classe. Também entre os clássicos da Sociologia, entre os fundadores, estão autores como Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Marx e Engels, etc., que se estabeleceram no marco da crítica à ordem consolidada. Para Florestan, foi graças a esse “estilhaçamento” que as ciências sociais puderam explorar “vários caminhos e consequências” que resultam das implicações da posição do sujeito investigador na investigação científica. Daí vem também a “ruptura precoce” da Sociologia com a “lógica formal” e com a “lógica da investigação experimental”. (*ibidem*, p. 28)

Entretanto, esse mesmo estilhaçamento condicionou que as contradições da sociedade capitalista tornam impraticáveis aproveitamentos unificadores dos avanços metodológicos, lógicos e ontológicos da Sociologia. Florestan defende, com isso, que se a sociedade burguesa não fosse essencialmente antagônica, “as diversas problematizações da sociologia e as ‘soluções metodológicas’ correspondentes convergiriam para uma superposição e uma coordenação em termos de complementariedade, /.../, e de unificação”. (*ibidem*, p. 29)

É preciso refletir sobre essa afirmação. A lógica do autor fixa-se no mesmo pressuposto da crítica lukacsiana à Sociologia como ciência, que a fundamentação do seu objeto refletia em soluções metodológicas vinculadas a um interesse ideológico da burguesia dominante, que estabeleciam um “crivo” no caráter de *totalidade concreta* da realidade, excluindo a discussão sobre as “relações de produção” da explicação dos fenômenos sociais. Nesse sentido, o estilhaçamento da Sociologia, tal como Florestan

⁶ É importante destacar essa citação de Florestan como uma forma de compreender o papel que sua Sociologia pré-inflexão cumpriu frente a realidade brasileira. Conforme uma estratégia que visa a possibilidade de superação do estatuto do subdesenvolvimento por meio de uma *revolução dentro da ordem*, cabe ao sociólogo trabalhar para aprofundar as potencialidades progressistas da ordem, através do “*uso racional* dos recursos materiais e humanos da sociedade”, dentro de uma estratégia de defesa e consolidação da ordem.

nos apresenta, indica que se a sociedade burguesa não fosse uma sociedade antagônica, a vinculação de interesses de classe no âmbito da delimitação do objeto da Sociologia e de suas soluções metodológicas, não existiria, sendo possível, portanto, uma unificação dessa ciência. É preciso reter, entretanto, que a existência do objeto da Sociologia “em si”, e o acerto de algumas de suas “soluções metodológicas” não são questionados como vinculados a interesses da luta de classes. São admitidos como avanços genéricos da ciência, como revolucionários em si mesmos.

Tal concepção será funcional para Florestan interpretar as possibilidades de contribuição da sociologia clássica, já no período de afirmação dominante da burguesia. Para o nosso autor, não há um acompanhamento imediato dessa diferenciação que ocorre na consciência burguesa por parte da Sociologia. A “idade cultural” dos diversos setores da burguesia não era homogênea. O isolamento acadêmico de alguns autores, ou o fato de estarem presos demais ao pensamento abstrato, permitiu que a Sociologia clássica se erguesse sob o signo de uma “fixação utópica” liberal, ainda em consonância com os ideais progressistas da consciência burguesa revolucionária. (*ibidem*, p. 34) Esse fato torna possível que tais autores alcancem determinados nexos racionais da realidade que analisam, através da abordagem sociológica, pois não são barrados pelas necessidades da consciência burguesa dominante, e sim estimulados pelo ideal de uma sociedade plenamente racional, guiada pela ciência e pela técnica.

Deparamos com um distanciamento que surgia, no início, como parte de um quadro no qual os conhecimentos descobertos pelas ciências sociais não correspondiam às exigências práticas da tecnologia social necessária à dominação burguesa e ativada pelo sistema capitalista de poder. O que quer dizer que a validade das ciências sociais, em geral, e da sociologia, em particular, determinava-se na esfera de uma fixação utópica que não continha significação histórica concreta. (*Ibidem*, p. 36)

Ora, a defesa do nosso autor é de que a fixação utópica da Sociologia clássica não possuía uma “significação histórica concreta”, quer dizer, não era instrumentalizada pelas necessidades de dominação interna à ordem. De forma que a criação da Sociologia levada a cabo por esses sociólogos associados a tal forma de pensamento não sofria pressões externas da consciência burguesa. Esse raciocínio leva Florestan a concluir que certas questões podiam ser amplamente exploradas sem esbarrar com interferências da compressão burguesa da imaginação sociológica” (*ibidem*, p. 37). Aqui, estão subentendidas, principalmente, as elaborações que visavam estabelecer os “aspectos axiomáticos” da vida social, com caráter de “investigação sociológica pura”, fundando

uma “teoria geral” da sociologia.

Em outro campo Florestan defenderá uma posição semelhante. No que diz respeito ao desenvolvimento empírico da Sociologia, diz nosso autor, a criação de “técnicas autônomas de coleta de dados” desenvolvidas a partir da “reforma social” na França e na Alemanha, o “*socialsurvey*” na Inglaterra e nos Estados Unidos, apesar de sofrerem duras críticas posteriormente, deram amplo impulso ao avanço da Sociologia no campo da observação empírica. A crítica que normalmente se faz a tais procedimentos, diz Florestan, se refere principalmente ao limite de tais incursões, presas que estão à necessidade de coletas de dados para somente “corrigir” os “desajustamentos” da ordem social pesquisada.

Discutindo isso, Florestan sintetiza seu pensamento:

No plano da racionalidade, deve-se ter em mente que a práxis burguesa é, por excelência, *fracionadora* e *pulverizadora*. No período do ascenso revolucionário, a consciência burguesa compartilhava de uma impulsão totalizadora, que correspondia aos seus papéis históricos na desagregação da sociedade feudal e de transição para a sociedade capitalista. Como classe dominante, o horizonte crítico fica confinado aos novos papéis históricos, de consolidação e defesa da ordem. O conhecimento empírico ‘retalhador’ é, pois, funcional para uma práxis que se volta para a correção dos desequilíbrios, para o controle dos desajustamentos e para o conformismo institucionalizado. Ai, a chamada ‘opacidade’ da consciência burguesa não *limita* o pensamento sociológico de cunho empírico. Ao revés, ela engendra o conhecimento sociológico empírico necessário à informação e ao esclarecimento de uma práxis social conservadora e repressiva. (*ibidem*, p. 39)

Existe um *locus* da realidade que a racionalidade burguesa dominante consegue compreender. Ele está tanto em alguns aspectos das condições *sinequa non* da vida social, quanto no desenvolvimento das técnicas de abordagem e interferência empírica (planejamento, mudança social etc.). Nesse âmbito, a irracionalidade “fracionadora” e “pulverizadora” da consciência burguesa consegue apreender racionalmente certas questões e avançar cientificamente no conhecimento da realidade social. Seu limite estará somente naquelas questões que a consciência de classe alinhada com a ordem não consegue ultrapassar.

De modo geral, portanto, a releitura que Florestan faz do surgimento da Sociologia reconhece os limites das possibilidades de unificação teórica da disciplina por conta do caráter “estilhaçado” que ela cultiva, desde o seu surgimento. Ressalva que a gama de sociólogos que se posicionam “contra a ordem” não padecem dos limites ao pensamento que a vinculação de classe burguesa impõe, possuindo maior liberdade

ideológica para investigar determinados aspectos dessa sociedade. Defende, por fim, que tanto os sociólogos clássicos que se vinculavam a uma consciência com “fixação utópica liberal”, quanto os sociólogos burgueses que se vinculam à determinados momentos da realidade que a racionalidade burguesa *pode* conhecer, contribuíram praticamente para o desenvolvimento de questões fundamentais para a Sociologia, de forma que não devem ser rejeitados “unilateralmente” como “ciência burguesa”.

A separação das “diferenças metodológicas” e dos “posicionamentos políticos”

É possível notar que as duas formas expostas aqui de encarar o processo de surgimento da Sociologia são bem diferenciadas. Nos primeiros ensaios, Florestan está mais preocupado em demonstrar como as diversas problemáticas e abordagens que surgiram nos primeiros passos da pretensão científica da Sociologia, contribuíram ou não para o avanço da ciência. No segundo ensaio Florestan percorre um itinerário que visa justamente explorar em quais condições materiais concretas, foi possível para a Sociologia surgir e alcançar um núcleo racional, ainda que no interior da ordem burguesa. Um trabalho de reconstrução mais sistemático demonstraria inclusive descontinuidades bastante evidentes entre o discurso “unificador” da primeira abordagem, e o discurso “estilhaçador”, da segunda.

Para além de tais descontinuidades na leitura de Florestan sobre a sociologia pode-se identificar uma considerável discordância entre sua interpretação acerca do fenômeno, e aquela desenvolvida por Lukács. Se o último assevera que há um problema fundamental na tentativa de se isolar metodologicamente o objeto próprio da Sociologia por conta das vinculações de classe que marcam a iniciativa desse isolamento, Florestan vai defender, como vimos, que não há margem para essa “rejeição unilateral”.

Aqui nos parece que existe um problema fundamental. Qual é o critério que permite que Florestan postule a continuidade do alcance científico das explicações da consciência burguesa? Se pensarmos no seu argumento da “fixação utópica liberal” podemos inferir que ele defende que a irracionalidade da consciência burguesa, em negar a possibilidade de se transformar o mundo revolucionariamente, não afeta os pensadores que ainda se situam no âmbito dessa “fixação”, porque eles acreditam estar trabalhando para construir uma ordem social otimizada ao máximo pela atividade racional da ciência. O exemplo dado por Florestan como expressão desses pensadores é

o próprio Durkheim. Para o sociólogo francês, diz Florestan, trata-se de “conciliar o ‘equilíbrio da ordem’ com sua transformação saneadora”, de elevar ao máximo as potencialidades da sociedade burguesa. (*ibidem*, p. 34)

Para compreender isso temos que ter em mente que na visão de Florestan o bloqueio que a consciência burguesa exerce no pensamento científico somente se dá em uma questão específica da realidade social que afeta diretamente os interesses da ordem burguesa:

A impregnação burguesa do pensamento sociológico não foi igualmente bloqueadora e inibidora ou destrutiva em todas as direções. O bloqueio efetivo aparece na relação entre situação de classe, consciência social e explicação sociológica da constituição, desenvolvimento e colapso da sociedade capitalista. Outras questões sociológicas puderam ser tratadas com maior ou menos penetração pelo pensamento sociológico ‘clássico’, apesar da impregnação burguesa. (*ibidem*, p. 37)

Somente na medida em que os valores, os ideais e as crenças, que determinavam a constituição concreta da consciência burguesa em cada momento histórico, e portanto da relação entre situação de classe e consciência social, incidiam sobre o problema concreto da explicação da sociedade burguesa, eles eram bloqueadores do pensamento sociológico burguês, pois esse não concebe o caráter *racional* da revolução social. Isso significa que em outros âmbitos o *irracionalismo burguês* não necessariamente se expandia, sendo possível para a Sociologia, mesmo na pena de teóricos conservadores como Comte, avançar em problemas fundamentais da sua constituição como ciência. Aí, o que conta para avaliar as contribuições dos sociólogos, não é apenas a sua vinculação de classe, mas a forma como se trabalha os “princípios racionais do método científico”.

Se desvenda aqui um elemento importante para entender outros momentos da formulação de Florestan. Com base nessa leitura do surgimento da Sociologia e de seus específicos limites de consciência de classe enquanto disciplina científica, é que vai ser possível para nosso autor desenvolver um posicionamento *sui generis*, que concilia concepções metodológicas, epistemológicas e ontológicas divergentes através da separação entre *diferenças metodológicas com relação a problemas científicos e posicionamentos políticos com relação a ordem estabelecida*.

A polêmica que Florestan trava entre o método “estrutural-funcional” e a dialética até o final de sua vida demonstra bem essa tese. A questão metodológica, em si mesma, não possui um vínculo específico com a possibilidade de explicação sociológica

da sociedade capitalista. Portanto, ela não seria atingida necessariamente pelo nexo “irracionalista” do pensamento burguês, que toma como universal a realidade histórica particular do capitalismo. É possível, com isso, do ponto de vista socialista e crítico, analisar a ordem burguesa por meio do método “estrutural-funcional” sem necessariamente falsificá-la. (FERNANDES, 1978, p. 107)

A adequação do método à realidade que se pretende estudar, no caso, depende não do posicionamento político do sociólogo com relação à ordem, mas da dinâmica do próprio objeto que se pretende estudar. No caso da análise “estrutural-funcional”, Florestan a toma como necessária no estudo das “uniformidades de coexistência” de uma determinada ordem social. Aplicando com rigorosidade científica os pressupostos dessa análise – por meio da análise e interpretação dos dados empíricos e da indução generalizadora como forma de identificação das regularidades – se teria como resultado um conhecimento científico que seria válido universalmente, nas condições delimitadas pela pesquisa. Se ele fosse mobilizado por um sociólogo burguês, contudo, ele não conseguiria atingir o fundo da questão, pois sofreria pressões externas dos valores, das crenças e dos ideais da ordem, no sentido de reproduzir sua particular irracionalidade, ou seja, o fato de não aceitar a racionalidade do processo revolucionário⁷. (*ibidem*, p. 107-108)

Conclusão

Claro que todo esse movimento não encerra a análise⁸. No entanto, o que nos importa para efeitos conclusivos é fixar o essencial, que pode ser sintetizado em dois aspectos. O primeiro aspecto é a defesa que Florestan faz do objeto da Sociologia, e

⁷ Representativo desse limite da consciência burguesa é a censura feita por Florestan à análises empíricas que limitam a ampliação da captação dos dados empíricos e as diversas possibilidades interpretativas que eles encerram de acordo com a visão que possuem acerca dos objetivos da pesquisa. Para o nosso autor esses objetivos e limitações da pesquisa estão intimamente condicionados pela consciência burguesa conservadora. (FERNANDES, 1976, p. 38)

⁸ Obviamente que não poderemos avaliar corretamente essa polêmica somente tirando suas conclusões a partir da leitura que Florestan faz do surgimento da Sociologia. Ela só será mais conclusiva com a demonstração de como Florestan concebe a resolução dos principais problemas metodológicos do conhecimento da realidade social de uma maneira específica, que dá base para essa conciliação de diferenças metodológicas particulares de abordagem da realidade, sob o signo do desenvolvimento da Sociologia como ciência. Ou seja, toda a problemática exposta aqui, ainda pressupõe um debate teórico metodológico mais amplo que é desenvolvido pelo nosso autor, mas cujo tratamento nos limites desse artigo não foi possível. Tal debate é desenvolvido por nós em nossa dissertação de mestrado (PINTO, 2016)

portanto da disciplina de modo geral, como válida em si mesma. A forma como se trabalha esse objeto varia conforme as problemáticas sob as quais os pesquisadores se debruçam e conforme as diferenças metodológicas que eles professam. Essas diferenças, no entanto, são metodológicas, relacionadas a problemas científicos. Poderiam ser superadas caso houvessem condições para um processo de unificação teórica da Sociologia enquanto ciência. O essencial é que o critério de validade dessas diferenças não possui necessária vinculação com a consciência de classe e com posicionamento político de seus teóricos. À Sociologia é possível conciliar diferenças metodológicas complementares, na visão de Florestan, porque elas respondem a diferentes faces do objeto da Sociologia.

O segundo aspecto é o posicionamento do autor segundo o qual a vinculação burguesa de boa parte dos autores da Sociologia não invalida a possibilidade de conhecimento da realidade que sua atividade teórica encerra. Ela limita a possibilidade de eles conhecerem a realidade *burguesa* “radicalmente”, ou seja, até o fundo – residindo aí sua irracionalidade -, mas não impede que eles desenvolvam uma série de conhecimentos que captem momentos da realidade social necessários ao conhecimento da sociedade por parte da “racionalidade” burguesa (para fins de manipulação, controle, condicionamento, etc.). Aqui estaria propriamente dito o limite do pensamento sociológico burguês. Ele conseguiu, por meio de sua “consciência utópica” desenvolver certos problemas sociológicos fundamentais (as diferentes subdivisões da sociológica, a análise e interpretação dos dados empíricos, os processos de *interação social*, o principais problemas da investigação sociológica, etc.), mas não pode conhecer a ordem burguesa em sua totalidade, pois naturaliza as condições de conservação e reprodução dessa ordem (não compreende o Estado em sua vinculação de classe, não compreende a determinação das classes pelas relações de produção, etc.)

Referências Bibliográficas

- ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Martins Fontes. São Paulo. 2002.
CUIN, C. & GRESLEN, F. *História da Sociologia*. Editora Ensaio. São Paulo. 1994.
FERNANDES, F. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. Editora Pioneira. São Paulo. 1976
_____. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Editora Nacional. São Paulo. 1972.
_____. *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Editora Ática. São Paulo. 1980b.

- _____. *A Condição do Sociólogo*. Hucitec. São Paulo. 1978.
- _____. *Marx, Engels e Lenin: a história em processo*. Expressão popular. São Paulo. 2012.
- FREITAG, B. *Democratização, universidade, revolução*. In: D'INCAO, M. A. (org). *O Saber Militante*. Paz e Terra. São Paulo. 1987.
- LUKÁCS, G. *Marxismo e a teoria da literatura*. Expressão Popular. São Paulo. 2010
- _____. *El asalto al arazón*. Grijalbo. Barcelona. 1968.
- _____. *Introdução a uma estética marxista*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1970.
- OLIVA, A. *Ciência e Ideologia: Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais no Brasil*. EDIPUCRS. Porto Alegre. 1997.
- PINTO, A.A *Dinâmica das Classes Sociais no Pensamento de Florestan Fernandes*. (Dissertação de Mestrado).Unesp. Marília. 2016